

*IRMANDADE DA SANTA CASA DA
MISERICÓRDIA DO SOITO*



RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2024

INDICE

TÍTULO	página
<i>I - Introdução</i>	2
<i>II - Evolução dos negócios - Mercado</i>	2
<i>1 - Destaques estratégicos</i>	2
<i>2 - Enquadramento no mercado</i>	3
<i>3 - Setores de atividade</i>	4
<i>4 - Riscos e incertezas</i>	5
<i>III - Evolução das atividades da Instituição e análise económico-financeira</i>	8
<i>5 - Declaração dos resultados</i>	8
<i>6 - Variações patrimoniais de valor relevante de exercícios anteriores</i>	12
<i>7 - Declaração do balanço</i>	13
<i>8 - Investimentos</i>	13
<i>IV - Fundo Patrimonial e aplicação de resultados</i>	14
<i>9 - Variações nos Fundos Patrimoniais</i>	14
<i>10 - Proposta de aplicação de resultados</i>	15
<i>V - Outras informações (artº 66 CSC)</i>	15
<i>11 - Factos relevantes após o balanço</i>	15
<i>12 - Negócios entre a Instituição e os administradores</i>	16
<i>13 - Dívidas em mora à AT, ISS e trabalhadores</i>	16
<i>VI - Notas finais</i>	16

I – Introdução

Dando cumprimento aos estatutos e por extensão, ao artigo 65º do Código das Sociedades Comerciais vem, a Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Soito, Instituição Particular de Solidariedade Social, adiante designada por Instituição, apresentar o Relatório de Gestão respeitante ao exercício económico de 2024, mencionando os aspetos que se consideram mais relevantes.

II - Evolução dos negócios - Mercado

1 - Destaques Estratégicos

Conforme se tem divulgado em relatórios de exercícios anteriores, a localização da Instituição, no concelho do Sabugal, no interior do país, com contínuo e sistemático despovoamento, concelho este, que é sempre referido como um dos que maiores variações negativas sofre, a nível nacional, conforme se constata nos “resultados dos censos” publicados pelo INE, que se descrevem, trava o potencial de desenvolvimento desta unidade.

	<i>CENSOS 1991</i>	<i>CENSOS 2001</i>	<i>CENSOS 2011</i>	<i>CENSOS 2021</i>
HABITANTES	16 919	14 872	12 544	11 283
<i>VAR. 1991/2001</i>	-2 047			
<i>VAR. 2001/2011</i>		- 2 328		
<i>VAR. 2011/2021</i>			- 1 261	

De notar, que num período de 30 anos, o concelho perdeu mais de 1/3 da população.

Os últimos anos influenciados, primeiro, por uma pandemia (COVID19), depois, a partir de fevereiro de 2020 pela invasão da Ucrânia pela Rússia, a partir de outubro de 2023 pela guerra da Palestina e mais recentemente com a tomada de posse do presidente Donald Trump com anúncios de mudanças radicais nas

políticas dos EUA, tornaram-se extremamente exigentes, com importantes desafios à gestão. No primeiro caso, pelo confinamento, pelos cuidados redobrados com higiene e saúde e pela mortalidade nas faixas etárias mais altas. No segundo e terceiro casos, pelo enorme impacto na inflação e pela variação acentuada nas stockagens de produtos (escassez): E neste último caso, pela imprevisibilidade comportamental do presidente da maior potência económica mundial, com anúncios de aplicações de taxas a inúmeros mercados e mercadorias, de deportações massivas, de alterações radicais nas políticas dos EUA quanto a apoios militares e a organizações de defesa

2 - Enquadramento no mercado

O mercado alvo da Instituição tem-se centrado basicamente no concelho do Sabugal, onde há inúmeras congéneres concorrentes, com a mais variada oferta, seja a nível de valências seja pela disparidade dos preços praticados.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Soito apostou recentemente na certificação da qualidade, que visa entre outros aspetos, demonstrar a excelência dos serviços e atendimentos aqui prestados.

Sabendo que as comparticipações dos utentes não remuneram suficientemente o custo médio real por utente da Instituição, sabemos bem, por outro lado, que não se podem sobrecarregar os seus já parcos recursos financeiros. É um dilema que tarda a ser eficazmente resolvido pelo Instituto da Segurança Social.

O volume de negócios da Instituição tem crescido sistematicamente, com exceção da variação de 2023 que caiu ligeiramente, por imposição legal, por ter de adaptar as taxas de ocupação às vagas aprovadas.

	2024	2023	2022
V. Negócios	1 571 062,79	1 488 535,40	1 508 676,39

Por forma a manter as taxas máximas de ocupação nas diversas respostas sociais, a Instituição tem apostado:

- I. Na contínua adaptação e melhoria das instalações, equipamentos e serviços praticados;
- II. Conhecedores de que, tanto a população idosa como a infantil, merecem tratamentos específicos e diferenciados, tem-se investido também, em recursos humanos mais qualificados, seja pela formação académica, seja por especializações internas ministradas.
- III. Na diversificação dos serviços praticados, quer em respostas sociais protocoladas, quer noutros âmbitos, que tem permitido à Instituição estar em permanência, um passo à frente das congéneres.

Sem que haja um estudo publicado das posições no mercado, parece-nos lícito poder concluir que a Santa Casa da Misericórdia do Soito ocupa um lugar estratégico e de enorme relevo, sem qualquer dúvida, no concelho do Sabugal, mas também a nível distrital.

Seja pelo número de respostas sociais, seja pelo número de utentes por resposta, seja pelo volume de negócios, seja pelo número de colaboradores afetos à exploração, mas essencialmente pela excelência dos serviços prestados, a Santa Casa da Misericórdia do Soito, parece-nos, na realidade, a IPSS mais referenciada na sua zona de mercado.

3 - Setores de atividade

A Instituição desenvolve a sua atividade exclusivamente no mercado nacional, nos seguintes setores:

Enquanto IPSS:

- Assistência à terceira idade – Nas respostas sociais de “ERPI”, “Apoio Domiciliário” e “Centro de dia”, esta última, quase que inexistente. Os

avultados investimentos em curso, permitirão muito brevemente, alargar o apoio a uma nova valência C.A.C.I.;

- Assistência à infância – Nas respostas de “Creche”, “Jardins de infância”, “CAF” e mais recentemente com um “Centro de Estudos”;
- Assistência à comunidade – Através da Loja Social e do Banco Alimentar.

Enquanto Irmandade e Misericórdia:

- Desenvolve múltiplas ações de carácter moral e religioso, de tendências caritativas e de índole unificadora, em prol dos respetivos irmãos e, de um modo geral, da sociedade, mais especificamente, dos mais necessitados.

4 - Riscos e Incertezas

a) Quanto à localização

A Instituição deposita enorme confiança em si própria, mas o despovoamento sistemático do concelho do Sabugal, referido no ponto 1 deste relatório “Destaque estratégicos”, constitui sem qualquer dúvida, um enorme risco e uma grande incerteza.

Há já algum tempo, mas com maior perceção nos últimos 5/6 anos, assiste-se a uma cada vez maior escassez de mão-de-obra, no interior do país, mas muito mais notada em alguns concelhos fronteiriços, de entre os quais, o concelho do Sabugal.

Na realidade, cada vez há maior dificuldade em contratar pessoas para a execução das diversas tarefas, não porque a Instituição não ofereça as condições

de trabalho ideais, mas porque, de fato, não há mesmo, pessoas disponíveis para o trabalho.

Para mitigar essa ocorrência, na nossa opinião, é importante consolidar o quadro de pessoal e estabelecer diferenciações positivas em relação à concorrência, ou a nível remuneratório, ou a qualquer outro nível.

A fixação dos efetivos e, se for caso disso, a captação de outros, deverá ser possível, pelas referidas diferenciações positivas.

A permanente rotação de trabalhadores, é sobejamente sabido, que reduz a produtividade, não só pelo tempo perdido com formações de base, como pela adaptação à interação dos novos efetivos com os colegas de trabalho, com os utentes e com o novo ambiente/critérios/normas de trabalho.

b) Quanto à concorrência

Para se ter uma ideia do ambiente concorrencial, refira-se que o concelho do Sabugal com pouco mais de 11 250 habitantes, dos quais 6 860 com mais de 65 anos (*fonte – Pordata*), tem 22 estruturas de apoio à terceira idade e dessas, 19 são estruturas residenciais. Feito um pequeno rácio de equivalência, verificamos que para cada 360 habitante com mais de 65 anos, há um “lar de apoio ou equivalente”.

Se considerarmos que em 2023, segundo a “*Pordata*”, havia em Portugal 2 460 000 pessoas com mais de 65 anos, para 1 786 lares residenciais (*fonte – S Social*), o tal rácio, a nível nacional, dá 1 375 pessoas com mais de 65 anos por unidade.

Portanto, o concelho do Sabugal tem uma capacidade de oferta 4,2 vezes superior à média nacional.

Este excesso de oferta obriga à contração dos preços e traduz-se muitas vezes em práticas de avenças mensais muito reduzidas, na grande maioria dos casos, abaixo do custo real por utente, o que indicia uma atuação de mera sobrevivência institucional. É a política do salve-se quem puder, que a prazo, tem sempre consequências desastrosas.

c) Quanto às políticas governamentais

A partir de 1990, a política dos sucessivos Governos de Portugal baseou-se num significativo incremento e suporte financeiro às estruturas de apoio à infância e à terceira idade, que durou cerca de 10 anos. A partir daí, os novos acordos tornaram-se mais difíceis e as comparticipações por valência cresceram sempre ligeiramente abaixo da inflação, exceto nos anos de pandemia que aumentaram ligeiramente acima, e nos anos de 2022, 2023 e 2024, pela inusual inflação originada pelas guerras Rússia / Ucrânia e da Palestina, mas também pelo crescimento sistemático do salário mínimo nacional.

2021	2022	2023	2024
€ 665	€ 705	€ 760	€ 820
	6,02%	7,80%	7,89%

Estas I P S S (s), falamos das sediadas no concelho do Sabugal, que conhecemos bem, são altamente dependentes dos subsídios do Governo e não têm alternativas. Espera-se por isso, a continuidade das comparticipações e apoios por parte da Segurança Social, com acertos (pelo menos) ligeiramente acima da inflação.

III - Evolução das atividades da Instituição e análise económico-financeira

5 - Declaração dos resultados

a) Quanto aos rendimentos:

RENDIMENTOS			
Rubricas	2024	2023	2022
Vendas	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços	1 571 062,79	843 973,68	843 101,54
Trabalhos p/ própria entidade	0	0	0,00
Subsídios à exploração	53 071,10	644 561,72	665 574,85
Reversões	0	0	0,00
Outros rendimentos e ganhos	50 0580,82	123 998,76	99 592,22
Juros, dividendos e outr rendiment.	28 946,04	9 534,32	5 791,05
Somas	1 703 660,75	1 622 068,48	1 614 059,66

De notar, que a partir de 2024 (inclusive), as comparticipações relacionadas com utentes, da Segurança Social, das autarquias e de outras entidades públicas, passaram a ser contabilizadas na conta 72 – Prestação se serviços, em detrimento da conta 75 – Subsídios à exploração.

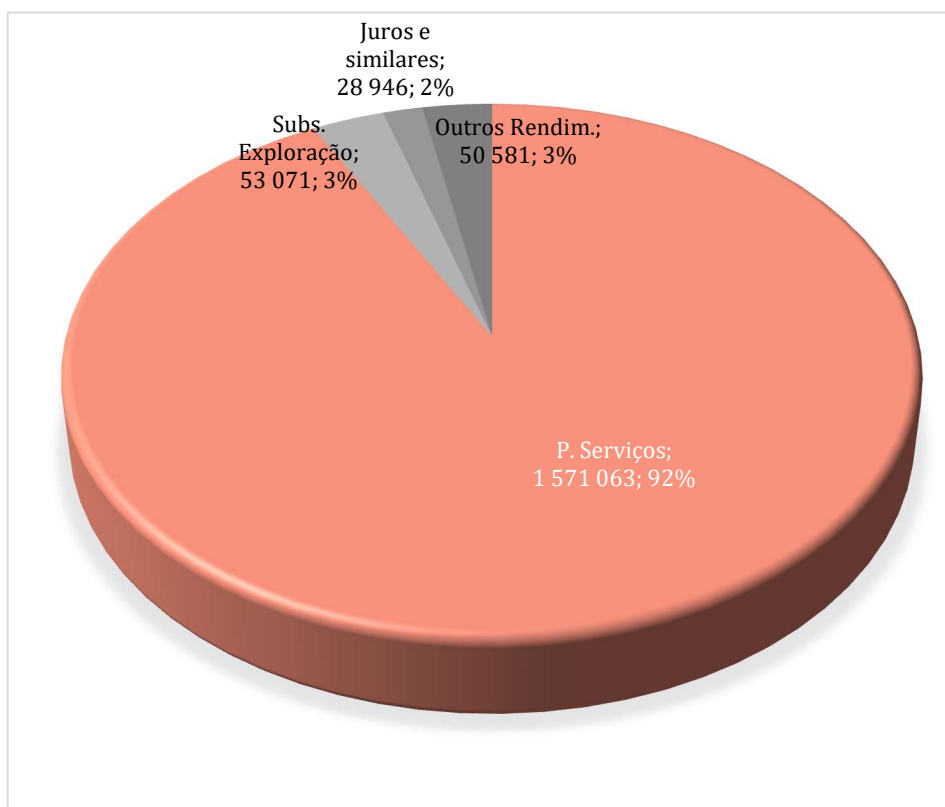
Em 2024, com o ligeiro ajustamento dos preços das mensalidades dos utentes em 3,33%, com o crescimento de 12,28% das comparticipações mensais por parte do Instituto da Segurança Social e com as renegociações dos protocolos com o Município do Sabugal que se traduziu no ajustamento de +34,67%, conseguiu-se que a rubrica global de “Prestação de Serviços” crescesse 8,83%, face ao ano anterior.

A rubrica de “Subsídios à Exploração”, passou de € 48 878 em 2023 para € 53 071, cuja variação, essencialmente, se fica a dever à concessão do prémio Fundação BPI/La Caixa, no valor de € 4 500.

Os outros rendimentos e ganhos, com o valor de € 123 999 em 2023 e de € 50 581 em 2024, deve a sua variação, à rubrica de “Restituição de Impostos – IVA das obras” que passou de € 116 780 para € 43 100.

Os rendimentos financeiros (juros obtidos) cresceram mais de € 19 400 de 2023 para 2024.

Distribuição dos Rendimentos no exercício de 2024:



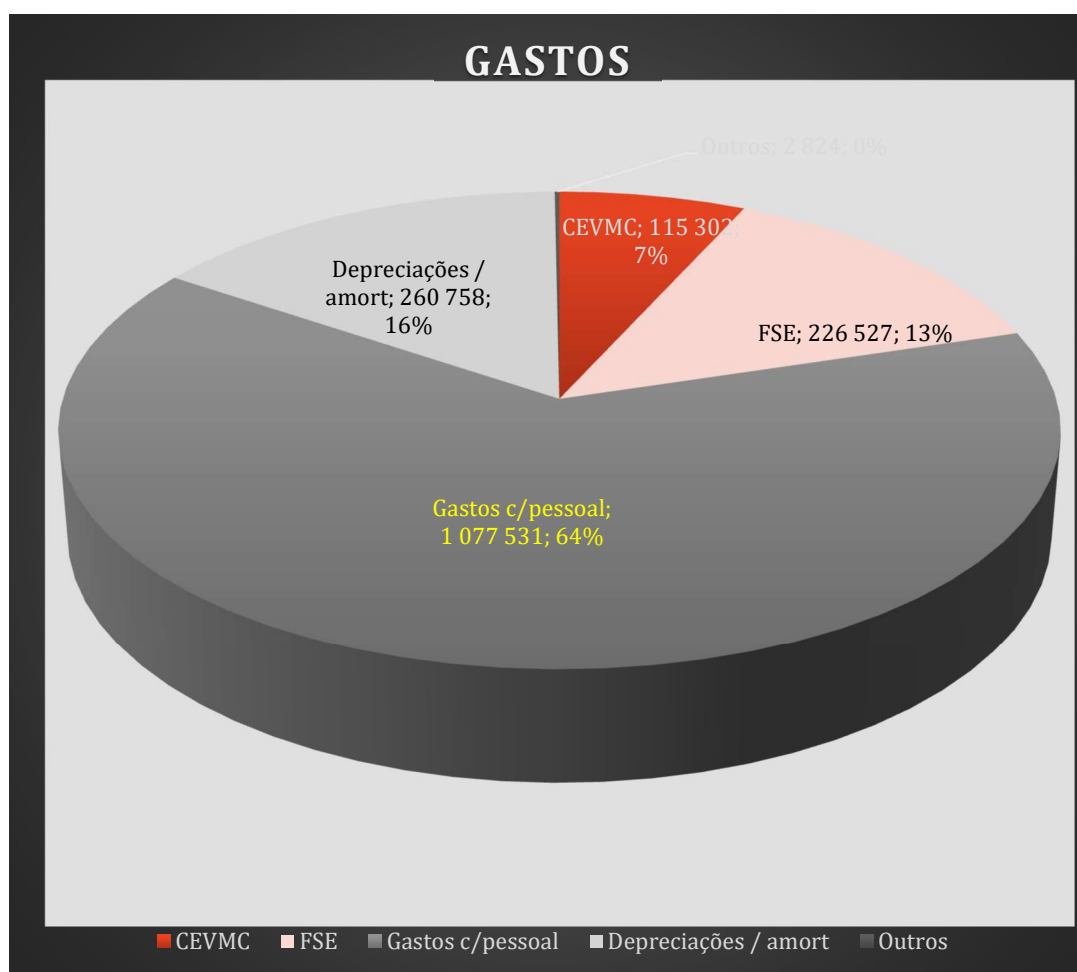
b) Quanto aos gastos:

GASTOS

Rubricas	2024	2023	2022
Custo E.V.M. Consumidas	115 301,70	107 495,80	135 831,30
Fornecimentos e S. Externos	226 526,72	225 418,13	209 619,65
Gastos com o pessoal	1 077 530,86	991 804,76	928 194,45
Depreciações a amortizações	260 787,53	204 322,78	211 335,03
Perdas por imparidade	956,00	0	0
Provisões do exercício	0	0	0
Outros gastos e perdas	1 868,00	874,16	4 361,00
Gastos e perdas de financiam.	0	343,98	1 094,88
Somas	1 682 940,81	1 490 436,31	1 305 414,71

O crescimento dos gastos totais face ao ano anterior foi de € 152 681 (+ 9,98%) e ficou a dever-se, essencialmente, à variação dos gastos com o pessoal + € 85 726 (impulsionados pela variação do novo salário mínimo nacional € 760/€ 820) e à variação das depreciações amortizações +€ 56 435. Neste último caso, optou-se pela aplicação do artigo 33º CIRC e nº 1, Artº 19º D. Regulamentar nº 25/2009, que consideram como gastos do exercício, as depreciações de bens de reduzido valor (valor de aquisição igual ou inferior a € 1 000), com um impacto de cerca de € 44 000.

Distribuição dos gastos em 2024:



a) Quanto aos resultados:

O lucro líquido de € 20 719,94 em 2024, influenciado negativamente pelo impacto de cerca de € 44 000 ocasionado pela opção de depreciação dos bens de valor reduzido, contrasta com o lucro de 2023 no valor de € 91 808,87, mas ainda assim, superior a lucro de € 5 386,28 estimado em orçamento.

De assinalar o Cash Flow positivo no valor de € 281 477,47, que só não excede o valor do exercício anterior de € 296 131,65, porque exceccionalmente se optou pela regularização das depreciações de bens de reduzido valor.

O Cash Flow sistematicamente positivo, tem permitido continuar a financiar com capitais próprios as partes dos investimentos necessários e não comparticipados.

6 – Variações patrimoniais de valor relevante relativas a exercícios anteriores

Em conformidade com a NCRF nº 4 parágrafos 32 a 39 e em conformidade com a menção referida no ponto 3.4 do Anexo B.D.R. as variações patrimoniais correspondentes a **“regularizações relativas a exercícios anteriores de valor relevante”**, devem ser refletidas na conta 56 – Resultados Transitados e não nas contas 68 ou 78 – Correções de Exercícios Anteriores.

Se as contas dos exercícios afetados já tiverem sido aprovadas em sede de Assembleia, as correções serão apreciadas no exercício corrente, sem que afetem os resultados do mesmo exercício. Ou seja, implicam a reexpressão retrospectiva, não afetam as demonstrações de resultados, mas impactam nos Fundos Patrimoniais (Capital Próprio) do Balanço

No exercício corrente, foram registadas na conta 562 ajustamentos positivos referentes a comparticipações do Instituto da Segurança Social referentes a 2023 no valor de € 822,59 e, ajustamentos negativos referentes a um processo de indemnização por morte do ex-funcionário Alberto (janeiro de 2019), cuja responsabilidade foi imputada à Instituição em sede de Julgamento, no valor total de € 130 806,03 (processo indemnizatório € 100 144,17; reversão à companhia de seguros Zurich € 29 190,00 e honorários do advogado David Freire de Almeida € 1 471,86).

Antes da apreciação de contas do corrente exercício, interessa apreciar e votar, a reexpressão dos resultados constantes nos quadros seguintes:

	2023 anterior	2023 atual
Resultados líquidos	91 808,87	92 631,46
Cash Flow	296 131,65	296 954,24

	2019 anterior	2019 atual
Resultados líquidos	122 700,59	- 8 105,44
Cash Flow	318 012,45	187 206,42

7 - Declaração do balanço

Comparando a evolução dos balanços da Instituição nos últimos dois exercícios económicos (2023 e 2024) verifica-se:

- O aumento do total do ativo em € 194 876;
- Diminuição do passivo total em € 52 819;
- Diminuição do Fundo Patrimonial em € 112 764
 - Aumentos relativos aos resultados líquidos positivos + € 20 719,94;
 - Diminuições referentes a proporcionais de subsídios ao investimento, € 3 500; e a variações patrimoniais negativas registadas na conta 56, conforme capítulo anterior € 129 983.

8 – Investimentos

Para o exercício em análise tinham sido projetados investimentos de € 354 980, mas foram realizados € 459 086 como se detalha:

Mapa de investimentos

	Orçamento	Realização	Desvio
<i>F. C. T.</i>			
<i>Terrenos</i>			
<i>Equipamento Básico</i>	45 000,0	6 497,13	- 38 502,87
<i>Equipam. Transporte</i>			
<i>Equip. Administrativo</i>	152 600,00	1 470,27	- 151 129,73
<i>Obras.</i>	157 380,00	446 076,96	+ 288 696,96
<i>Grandes Reparções</i>		5 041,36	+ 5 041,36
Totais	354 980,00	459 085,72	104 105,72

Equipamento básico – O orçamento foi dotado com a pretensa aquisição de um P.T. telefónico no valor de € 40 000 e outros no valor de € 5 000. O primeiro, não se realizou.

Equipamento administrativo – Foi orçamentada a aquisição dos equipamentos candidatados ao investimento Pares 3.0 no valor de € 147 600, que não se realizaram e, outras aquisições no valor de € 5 000.

Obras – No investimento em curso CACI, tinha sido projetada a realização de € 157 380, mas ainda foi necessário realizar € 446 076,96.

Grandes reparações – Não tinham sido previstas grandes reparações nos equipamentos, que acabaram por acontecer com a necessidade de intervenção da Miele.

IV – Fundo Patrimonial e aplicação de resultados

9 - Variações nos Fundos Patrimoniais

FUNDOS PATRIMONIAIS	31/12/2023	31/12/2024
Fundos patrimoniais		
Fundos	3 013 664,16	3 013 664,16
Excedentes técnicos	0,00	0,00
Reservas	284 505,09	284 505,09
Resultados transitados	1 528 731,85	1 490 557,28
Excedentes de revalorização	0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	1 080 597,80	1 077 097,80
Resultado líquido no período	91 808,87	20 719,94
Total do fundo de capital	5 999 307,77	5 886 544,27

Os Fundos Patrimoniais baixaram € 112 753,50 de 2023 para 2024.

☀ **Variação dos resultados transitados - € 38 174,57**

Resultados de 2019	+ € 91 808,87
Correção retrospectiva de 2023	+ € 822,59
Correção retrospectiva de 2019	- € 130 806,03

☀ **Outras Variações nos fundos patrimoniais - € 3 500,00**

Proporcionais subsídios ao investimento PRR M. Verde - € 3 500

☀ **Variações nos Resultados líquidos - € 71 088,93**

R. Líquidos 2023 aplicados em R. Transitados - € 91 808,87

R. Líquidos 2024 +€ 20 719,94

10 - Proposta de aplicação de resultados

Atendendo a que a Instituição exerce atividade sem finalidade lucrativa, não se coloca sequer a hipótese de distribuição de resultados.

A proposta da Mesa Administrativa para a aplicação de resultados de 2024, no valor total de € 20 719,94 é a de,

“acumular a totalidade dos lucros líquidos, na conta de “Resultados transitados”.

V - Outras informações

11 - Factos Relevantes após Balanço

Não ocorreram factos relevantes dignos de menção, após o encerramento do exercício.

12 - Negócios entre a Instituição e os administradores

Não ocorreram negócios ou quaisquer outros factos dignos de menção, entre os administradores e a Instituição, essencialmente, suscetíveis de ferir os nºs 4 a 7 do artigo 16º dos Estatutos.

13 - Dívidas em mora à A.T, S. Social e trabalhadores

Não há dívidas em situação de mora, à Autoridade Tributária Nacional nem à Segurança Social, assim como não há qualquer dívida aos trabalhadores, mantendo-se todo o quadro remuneratório em estrito cumprimento.

VI – NOTAS FINAIS

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Soito agradece aos restantes órgãos sociais, aos irmãos, aos utentes e familiares, aos colaboradores, aos fornecedores e aos restantes credores, a confiança que nos têm transmitido, o que nos permite julgar com algum sentido, a gestão a título de voluntariado, que desinteressadamente e muitas vezes com prejuízo pessoal e familiar, se tem desenvolvido nesta Instituição.

Soito, 04 de março de 2025

A Mesa Administrativa,